

A. I. N° - 000.896.049-6/01
AUTUADO - MANOEL FERNANDES DE OLIVEIRA
AUTUANTE - CARLOS DE BRITO SILVA
ORIGEM - IFMT-DAT/METRO
INTERNET - 28/05/2002

3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0155-03/02

EMENTA: ICMS. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. FALTA DE EMISSÃO DA DOCUMENTAÇÃO FISCAL CORRESPONDENTE, APURADA ATRAVÉS DA AUDITORIA DE “CAIXA”. MULTA POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. Comprovada a ausência da documentação fiscal correspondente ao valor apurado em Auditoria de Caixa, justifica-se a imposição de penalidade por descumprimento de obrigação acessória. Infração caracterizada. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide foi lavrado, em 21/09/01, para exigir a multa de R\$600,00, por falta de emissão de documentos fiscais em operações de vendas, constatada através do Termo de Auditoria de Caixa e a Nota Fiscal regularizadora nº 0891 anexos.

O autuado apresentou defesa (fl. 10) pedindo a improcedência da autuação, alegando que o dinheiro que se encontrava no Caixa era do dia anterior e seria utilizado para passar troco no dia seguinte.

Acrescenta que é uma micromepresa e não tem condições de pagar “esta pesada multa”, não vendo a hora de “baixar as portas” pois vem trabalhando no vermelho. Acosta (às fls. 19 a 32) fotocópias de notas fiscais série D-1, emitidas em setembro/01, para comprovar que emite regularmente os documentos fiscais.

O autuante, em sua informação fiscal (fl. 34), mantém o lançamento, tendo em vista que foi constatada a falta de emissão de notas fiscais através do Termo de Auditoria anexo (fl. 5). Alega que a afirmação do contribuinte, de que o dinheiro apurado no caixa era do dia anterior, não se encontra comprovada e, portanto, não foi elidida a acusação.

VOTO

A Auditoria de Caixa efetuada pela fiscalização nos estabelecimentos varejistas, nos moldes em que está descrita no presente processo, é procedimento fiscal largamente aceito por este CONSEF, desde que seja embasado em provas e devidamente circunstanciado.

Entendo que as provas do cometimento da infração estão acostadas aos autos. O Termo de Auditoria de Caixa, lavrado pelo autuante e acostado à fl. 5, comprova que o autuado efetuou

vendas, a consumidor final, sem a emissão de notas fiscais, no dia 20/09/2001, no valor de R\$146,60.

Para consubstanciar a infração, o preposto fiscal, de forma correta, exigiu que o contribuinte emitisse a nota fiscal – série D-1, no valor da diferença apurada e lavrou o presente lançamento, para cobrança de penalidade por descumprimento de obrigação acessória, de acordo com o § 2º do artigo 42 da Lei nº 7.014/96.

O contribuinte se limitou, em sua peça defensiva, a afirmar que o dinheiro encontrado no Caixa era oriundo de saldo do dia anterior, mas tal alegação não encontra respaldo nos documentos acostados aos autos.

Ressalte-se que o fato de o autuado estar enquadrado como microempresa não o exime de emitir os documentos fiscais nas operações de saídas de mercadorias.

Voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **000.896.049-6/01**, lavrado **MANOEL FERNANDES DE OLIVEIRA**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento da multa no valor de **R\$600,00**, prevista no art. 42, XIV-A, da Lei nº 7.014/96, com a redação dada pela Lei nº 7.438/99, modificada conforme nova redação expressa pela Lei nº 7.753/00.

Sala das Sessões do CONSEF, 10 de maio de 2002.

DENISE MARA ANDRADE BARBOSA - PRESIDENTE/RELATORA

TERESA CRISTINA DIAS CARVALHO- JULGADORA

LUÍS ROBERTO DE SOUSA GOUVÊA – JULGADOR